

Comunicação oral: Eixo 10 – Formação de professores

DA BNC-FORMAÇÃO À RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 04/2024: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM CURSOS DE PEDAGOGIA NAS UNIVERSIDADES DE SOROCABA

Amanda Regina Martins Dias¹

Resumo: Esta pesquisa analisa a implementação da Resolução CNE/CP nº 4/2024, que revoga a Resolução nº 2/2019 e redefine diretrizes para a formação inicial de professores no país. Com base em autores como Nóvoa (2009), Gatti (2010) e Tardif (2005), compreende-se que tais reformas não são neutras, mas refletem disputas sobre o papel da docência e da universidade na formação de professores. A pesquisa tem como local epistemológico os cursos de Pedagogia presenciais das universidades localizadas em Sorocaba/SP, buscando: a) identificar estratégias institucionais para incorporar a nova resolução aos PPCs; b) comparar os elementos curriculares das resoluções de 2019 e 2024; e c) discutir os desafios enfrentados na fase inicial de implementação. Utilizando a abordagem qualitativa, a metodologia articula análise documental e levantamento bibliográfico em bases como BTDC, Scielo e Redalyc. O estudo pretende contribuir para o debate crítico sobre políticas formativas e seus impactos na construção da profissionalidade docente.

Palavras-chave: Formação Docente. Políticas Públicas. Pedagogia.

Abstract: This research analyzes the implementation of CNE/CP Resolution No. 4/2024, which repeals Resolution No. 2/2019 and redefines guidelines for initial teacher training in Brazil. Based on authors such as Nóvoa (2009), Gatti (2010), and Tardif (2005), it is understood that such reforms are not neutral, but rather reflect disputes over the role of teaching and the university in teacher training. The research uses the in-person Pedagogy courses at universities in Sorocaba, São Paulo, as its epistemological site. It seeks to: a) identify institutional strategies for incorporating the new resolution into the PPCs; b) compare the curricular elements of the 2019 and 2024 resolutions; and c) discuss the challenges faced in the initial implementation phase. Using a qualitative approach, the methodology combines documentary analysis and bibliographical research in databases such as BTDC, Scielo, and Redalyc. The study aims to contribute to the critical debate on training policies and their impacts on the construction of teaching professionalism.

Keywords: Teacher Training. Public Policies. Pedagogy.

Introdução

A formação de professores no Brasil tem sido objeto de sucessivas reformas, refletindo disputas político-ideológicas sobre o papel da educação na sociedade e as

¹ Pós-doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-Campus Sorocaba). Graduada em Pedagogia. Membro atuante do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação, vinculado ao CNPq. Membro do GEPEE - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Epistemologia - GT UFSCar-So, da Universidade Federal de São Carlos. Diretora de Escola efetiva da Rede Municipal de Sorocaba. Lattes id: <http://lattes.cnpq.br/5890766759806729>. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-7350-2306>

concepções de docência que se deseja consolidar (Nóvoa, 2009; Gatti, 2010). Nas últimas décadas, políticas públicas voltadas à formação inicial docente têm buscado estabelecer parâmetros nacionais, visando garantir a qualidade da educação e articular teoria e prática. A Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), instituída pela Resolução CNE/CP nº 2/2019, representou uma tentativa de padronizar diretrizes curriculares alinhadas às competências da BNCC. Entretanto, a promulgação da Resolução CNE/CP nº 4/2024 revogou essa normativa, instituindo novas diretrizes e demandando novas adequações das universidades.

Esta pesquisa analisa a implementação da nova resolução em cursos presenciais de Pedagogia de universidades situadas em Sorocaba/SP, investigando as estratégias institucionais, os desafios enfrentados e as implicações das mudanças normativas na construção da identidade docente e na autonomia universitária.

Emerge da necessidade de continuidade e aprofundamento da pesquisa desenvolvida no doutorado, que resultou na tese intitulada *"As diretrizes de formação de professores no Brasil: análise da implementação da BNC-Formação em cursos de Pedagogia em universidades de Sorocaba/SP"*, defendida por esta pesquisadora em outubro de 2024 na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Campus Sorocaba.

A referida tese teve como foco a análise da Resolução CNE/CP nº 02/2019, que instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Contudo, próximo ao mesmo período em que a tese foi defendida, foi publicada a Resolução CNE/CP nº 04/2024, que revogou a normativa anterior, estabelecendo novas diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores.

Este contexto evidencia a pertinência de investigar, em continuidade à pesquisa anterior, a implantação da nova Resolução CNE/CP nº 04/2024, especialmente por sua promulgação ter ocorrido justamente quando os cursos ainda estavam em processo de readequação às diretrizes anteriores. Diante disso, este estudo se propõe a compreender as repercussões da nova política sobre os cursos de Pedagogia das universidades de Sorocaba/SP, retomando e expandindo os elementos já identificados na pesquisa anterior.

Faz-se necessária a análise dos elementos que constituem os fundamentos, as proposições e estratégias previstas nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura), os possíveis avanços ou retrocessos em relação às Diretrizes anteriores, que foram revogadas.

Contudo, a análise das políticas públicas não parece uma tarefa fácil, pois envolve muitas mediações. De tal modo, faz-se necessário um esforço a partir do que sugere Ozga (2000, p. 40) ao afirmar que “compreender a história das políticas educacionais relativamente aos professores, ajuda-nos a encontrar um determinado padrão de relacionamento entre o Estado e o seu corpo educacional”.

Nesse viés, Barroso (2007) argumenta que, para se compreender o processo de construção de uma política pública é necessário observar as controvérsias e as negociações acerca do modelo legítimo de conceber e interpretar uma realidade, bem como os quadros organizacionais em que ocorrem. Para o autor, as políticas de educação não se circunscrevem às medidas políticas ou às decisões dos governantes e da administração. [...] “devem ser entendidas como espaços comunicacionais e sociais nos quais se exprimem e interagem diferentes concepções e modos de relação com o mundo educacional” (p. 8). Isso requer um olhar em tudo que é produzido sobre as políticas.

Pela pertinência com outros agentes é que Pacheco (2009, p. 106) destaca que as políticas de formação e educação “são processos complexos de decisão, dependentes de territorialidades diferentes e entrelaçadas, com o objetivo de responder afirmativamente a uma mudança econômico-social mais ampla”. É fundamental que, as mudanças pretendidas nas políticas e programas de formação sejam entendidas nos seus contextos políticos, sociais, geográficos e culturais.

Fundamentação teórica

A pesquisa ancora-se em estudos sobre políticas curriculares e formação docente que compreendem o campo educacional como espaço de disputas. Autores como Ball (2011), Apple (2005) e Freitas (2022) entendem que as reformas educacionais não são neutras, mas refletem projetos de sociedade. Segundo Barroso (2007), as

políticas de educação devem ser compreendidas como espaços comunicacionais nos quais se manifestam diferentes concepções sobre o papel da escola e da docência.

Nóvoa (2009) e Tardif (2005) defendem que a formação de professores deve ser construída no interior da profissão, articulando saberes teóricos e práticos, enquanto Gatti (2010) aponta que os cursos de Pedagogia apresentam fragmentação curricular e distanciamento das práticas escolares. Dourado (2015) e Queiroz Guedes (2020) destacam que as recentes diretrizes de formação docente refletem a crescente regulação estatal e a influência de uma lógica de gestão voltada à performatividade e à responsabilização. Essas perspectivas ajudam a compreender que as políticas de formação inicial docente expressam tensões entre autonomia universitária e controle estatal.

Metodologia

A pesquisa é de natureza qualitativa (Lüdke; André, 1986), com abordagem descritiva e analítica. Utiliza-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2009), articulando levantamento bibliográfico e análise documental. Foram analisadas as Resoluções CNE/CP nº 2/2019 e nº 4/2024, além dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das universidades UFSCar, UNISO e UNIP, atas e relatórios institucionais públicos. Os eixos de análise compreendem: (1) estrutura curricular; (2) concepção de formação docente; e (3) adequação às novas diretrizes.

A escolha dessas instituições se justifica por representarem diferentes naturezas administrativas (pública federal, comunitária e privada), o que permite observar a diversidade de estratégias institucionais frente à mesma normativa. O recorte temporal compreende o período de 2024 a 2026, prazo definido pela Resolução nº 4/2024 para a implementação das novas diretrizes curriculares nacionais.

Resultados e discussão

Trata-se de pesquisa em desenvolvimento, os dados iniciais indicam que as universidades analisadas encontram-se em estágios distintos de adequação às novas diretrizes. Na UFSCar, observa-se a formação de grupos de trabalho voltados à revisão curricular, com discussões centradas na articulação entre teoria e prática e na preservação da identidade do curso de Pedagogia. Na UNISO e UNIP, as reformulações tendem a seguir um modelo mais prescritivo, com maior ênfase nas

competências e habilidades, aproximando-se do modelo da BNC-Formação revogada.

Essas diferenças refletem a tensão entre autonomia e regulação, apontada por Ball (2011) e Freitas (2022). Enquanto as universidades públicas buscam resistir à homogeneização curricular, as privadas tendem a seguir diretrizes com maior rapidez, influenciadas por demandas de mercado e padrões de acreditação. Esse movimento reforça o que Apple (2005) denomina de 'currículo oficial', estruturado sob uma lógica de controle do trabalho docente.

Do ponto de vista conceitual, há ainda incertezas quanto à efetiva incorporação dos princípios da Resolução nº 4/2024, que propõe uma formação menos tecnicista e mais voltada à reflexão crítica. No entanto, o contexto de sucessivas reformas e instabilidade normativa dificulta a consolidação de um projeto formativo de longo prazo. Assim, a formação docente permanece como campo de disputa simbólica, onde se confrontam concepções distintas de docência, currículo e qualidade educacional.

Considerações finais

A análise realizada permite inferir que a Resolução CNE/CP nº 4/2024 representa mais uma tentativa de redefinir o modelo de formação docente no Brasil, porém em um cenário marcado por instabilidade política e institucional. A pesquisa evidencia que as universidades vivem o desafio de equilibrar a autonomia acadêmica com o cumprimento das normativas nacionais, sem perder de vista o compromisso com a formação crítica e emancipatória. Observa-se que a implementação da nova resolução exige não apenas adequações curriculares, mas um processo de reflexão coletiva sobre o sentido e o papel da docência na sociedade contemporânea.

Como continuidade, propõe-se o aprofundamento da análise documental e a comparação entre versões sucessivas dos PPCs, de modo a identificar tendências, resistências e possibilidades de reconstrução da profissionalidade docente. A pesquisa busca, portanto, contribuir para o debate crítico sobre as políticas de formação e para a defesa de uma educação pública de qualidade socialmente referenciada.

Referências

- APPLE, M. Políticas educacionais e o currículo. São Paulo: Cortez, 2005.
- BALL, Stephen J.; MAINARDES, J. (Orgs.). Políticas Educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. Educação e Sociedade, vol. 26, n. 92, p. 725-751, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a02.pdf> Acesso em: 20 ago. 2020.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2009.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 01 set. 2020.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura. Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=258171-rcp004-24&category_slug=junho-2024&Itemid=30192 Acesso em 28 abr. 2025.
- DIAS, A. R. M. **As diretrizes de formação de professores no Brasil: análise da implementação da BNC-Formação em cursos de Pedagogia em universidades de Sorocaba/SP**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED-So da Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/items/07ef3929-0975-42f5-9329-608b09d5ea3b> Acesso em 30 abr. de 2025.
- DOURADO, L. F. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. Educação e Sociedade, v. 36, n. 131, p. 299-324, abr./jun.2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00299.pdf> Acesso em: 10 set. 2020.
- FREITAS, H. C. L. de. A formação de professores e as diretrizes curriculares nacionais: disputas e contradições. Educação & Sociedade, Campinas, v. 43, 2022. Disponível em: <https://projecaociencia.com.br/index.php/Projecao3/article/view/2354> Acesso em 28 abr. 2025.
- GATTI, B. A.; NUNES, M. M. R. **Formação de professores para o ensino fundamental**: estudo de currículos de licenciaturas em Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas. São Paulo: FCC/DPE, 2009.

Disponível em:

http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/textos_fcc/arquivos/1463/arquivoAnexo.pdf Acesso em: 20 ago. 2019.

LÜDKE, H.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

NÓVOA, A. Para uma formação de professores construída dentro da profissão.

Disponível em: http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf

Acesso em: 10 set. 2020

OZGA, J. **Investigação sobre políticas educacionais: terreno de contestação**.

Trad. Isabel Margarida Maia. Porto: Editora Porto, 2000.

PACHECO, J. Processos e práticas de educação e formação. Para uma análise da realidade portuguesa em contexto de globalização. Universidade do Minho:

Revista Portuguesa de Educação, v. 22, n. 1, p. 105-143, Portugal, 2009.

Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/13955/10539> Acesso em: 10 set. 2020.

QUEIROZ GUEDES, M. Q. Política de formação docente: as novas diretrizes e a base nacional comum instituídas. **Sul-Sul - Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 1, n. 01, p. 82-103, 28 maio 2020. Disponível em:

<https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/view/658> Acesso em: 20 ago. 2020.

TARDIF, M.; LESSARD, C. A escola como elemento do trabalho docente: TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes, 2005